



TC-004.577/2015-9

**Tipo:** Cobrança Executiva

**Responsável:** Aplauso Organização de  
Eventos Ltda.

## **DESPACHO DE EXPEDIENTE**

Trata-se de processo Cbex constituído com vistas à cobrança judicial de **multa** imputada à empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda (CNPJ: 37.986.239/0001-92), conforme subitens **9.2** e **9.2.3** do Acórdão 2568/2011-TCU- 2ª Câmara), mantido pelos Acórdãos 4973/2011-TCU-2ª Câmara, 7498/2013-TCU-2ª Câmara e 5756/2014-TCU-2ª Câmara.

<b>Responsável</b>	<b>Data do Trânsito em Julgado</b>	<b>Débito/Multa</b>	<b>Acórdão</b>
Aplauso Organização de Eventos Ltda	8/11/2014	Multa	2568/2011-TCU- 2ª Câmara.

2. Esclareço também que no mesmo subitem **9.2**, este Tribunal, aplicou individualmente, multa prevista no art. 57 a Lei 8.443/1992, aos responsáveis a seguir:

- a) Luiza Emília Mello, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- b) José Carlos Cativo Gedeão R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- c) Wagner de Barros Campos R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

3. Faz-se necessário deixar registrado que, este Tribunal, por meio do Acórdão 2568/2011-TCU-2ª Câmara, conforme subitem **9.1.1**, condenou, solidariamente os Srs. Wagner de Barros Campos e José Carlos Cativo Gedeão, a Srª Luiza Emília Mello e a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda, ao pagamento dos débitos a seguir:

<b>Data</b>	<b>Valor (R\$)</b>
3/2/2006	5.558,42
24/2/2006	15.200,00
7/3/2006	168.900,00
25/4/2006	630.768,58
2/5/2006	530.871,68
8/8/2006	52.960,28
28/8/2006	179.533,68

4. Também naquela mesma assentada, conforme subitem **9.1.2**, o TCU condenou, solidariamente, o Sr. Wagner de Barros Campos, a Srª Luiza Emília Mello e a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda, ao pagamento dos débitos a seguir:



Data	Valor (R\$)
3/10/2006	20.620,00
25/10/2006	75.529,74
20/12/2006	2.854.573,54
8/2/2007	1.542.779,66

5. Os responsáveis apenados pelo Acórdão 2568/2011-TCU-2ª Câmara foram devidamente notificados por meio das comunicações abaixo indicadas:

a) Luiza Emília Mello (CPF: 456.460.076-15), tomou ciência 25/7/2011, por do Ofício 1296/2011-TCU/Secex-4, conforme aviso de recebimento juntado aos autos;

b) Aplauso Organização de Eventos Ltda. (CNPJ: 37.986.239/0001-92), cientificada em 25/7/2011, mediante Ofício 1297/2011-TCU/Secex-4, e aviso de recebimento constante deste processo;

c) Jose Carlos Cativo Gedeão (CPF: 023.723.202-20), notificado em 15/8/2011, por meio do Ofício 1298/2011-TCU/Secex-4, em conformidade com aviso de recebimento inserido nos autos;

d) Wagner de Barros Campos (CPF: 065.525.877-91), por não se encontrar nos autos o aviso de recebimento do Ofício de notificação 1299/2011, de 21/7/2011, foi novamente notificado por meio do Ofício 597/2014-TCU/SecexSaude, do qual tomou ciência em 25/11/2014, conforme aviso de recebimento juntado a este processo.

6. Por meio do Acórdão 4973/2011-TCU-2ª Câmara, ao apreciar embargos de declaração opostos pela Srª. Luiza Emília Mello e pela empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. em face do Acórdão 2568/2011-2ª Câmara, o TCU decidiu conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitar-lhes. Os responsáveis foram devidamente notificados desse Acórdão por meio das comunicações indicadas abaixo:

a) Luiza Emília Mello (CPF: 456.460.076-15), tomou ciência 25/7/2011, por do Ofício 1296/2011-TCU/Secex-4, conforme aviso de recebimento juntado aos autos;

b) Aplauso Organização de Eventos Ltda. (CNPJ: 37.986.239/0001-92), cientificada em 25/7/2011, mediante Ofício 1297/2011-TCU/Secex-4, e aviso de recebimento constante deste processo;

c) Jose Carlos Cativo Gedeão (CPF: 023.723.202-20), notificado em 15/8/2011, por meio do Ofício 1298/2011-TCU/Secex-4, em conformidade com aviso de recebimento inserido nos autos;



d) Wagner de Barros Campos (CPF: 065.525.877-91), por não se encontrar nos autos o aviso de recebimento do Ofício de notificação 1299/2011, de 21/7/2011, foi novamente notificado por meio do Ofício 597/2014-TCU/SecexSaude, do qual tomou ciência em 25/11/2014, conforme aviso de recebimento juntado a este processo.

7. Conforme Acórdão 7498/2013-TCU-2ª Câmara, prolatado em Sessão de 3/12/2013, o TCU, ao apreciar recurso de reconsideração opostos pelos Srs. Wagner de Barros Campos e Jose Carlos Cativo Gedeão em face do Acórdão 2568/2011-TCU-2ª Câmara, decidiu, com fundamento no art. 285 do Regimento Interno, conhecê-los, para, no mérito, negar-lhes provimento. Os responsáveis foram notificados da seguinte forma:

a) Wagner de Barros Campos (CPF: 065.525.877-91), cientificado em 3/1/2014, por meio do Ofício 578/2013-TCU/SecexSaude, consoante aviso de recebimento juntado aos autos;

b) Jose Carlos Cativo Gedeão (CPF: 023.723.202-20), tomou ciência em 27/1/2014, por meio do Ofício 579/2013-TCU/SecexSaude, conforme aviso de recebimento inserido neste processo.

c) Luiza Emília Mello (CPF: 456.460.076-15), notificada em 2/1/2014, por meio do Ofício 588/2013-TCU/SecexSaude, de acordo com aviso de recebimento constante destes autos.

d) Aplauso Organização de Eventos Ltda. (CNPJ: 37.986.239/0001-92), cientificada em 6/1/2014, pelo Ofício 589/2013-TCU/SecexSaude, mediante aviso de recebimento junto aos autos.

8. O Tribunal, ao apreciar embargos de declaração opostos pela empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. contra o Acórdão 7498/2013-TCU-2ª Câmara, mediante Acórdão 5756/TCU-2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, decidiu conhecê-los, para no mérito, negar-lhe provimento. Os responsáveis foram notificados desse Acórdão conforme evidenciado abaixo:

a) Aplauso Organização de Eventos Ltda. (CNPJ: 37.986.239/0001-92), tomou ciência em 23/10/2014, por meio do Ofício 535/2014-TCU/SecexSaude, conforme aviso de recebimento inserido neste processo;

b) Wagner de Barros Campos (CPF: 065.525.877-91), cientificado em 25/11/2014, por meio do Ofício 583/2014-TCU/SecexSaude, consoante aviso de recebimento junto aos autos;

c) Jose Carlos Cativo Gedeão (CPF: 023.723.202-20), tomou ciência em 18/2/2015, por meio do Ofício 31/2015-TCU/SecexSaude, mediante aviso de recebimento junto aos autos;

d) Luiza Emília Mello (CPF: 456.460.076-15), tomou ciência em 18/11/2014, por meio do ofício 0585/2014-TCU/SecexSaude, de acordo com aviso de recebimento inserido neste processo.

9. Considerando que os responsáveis apenados pelo Acórdão 2568/2011-TCU-2ª Câmara não pagaram nem solicitaram o parcelamento dos débitos e multas, esta Secretaria autuou os



correspondentes processos de cobrança executiva, quais sejam: TC-004.565/2015-0, TC-004.568/2015-0, TC-004.574/2015-0, TC-004.575/2015-6 e TC-004.579/2015-1.

10. Dessa forma, autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao/à órgão executor/entidade executora, promovido os registros no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1º, § 3º, da Resolução – TCU 241/2011, e, consoante delegação de competência conferida pelo Secretário da SecexSaúde, por meio da Portaria-SecexSaúde n. 3, de 2/9/2013, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Adgecex/Scbex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

11. Informo, por oportuno, que compete à Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU) promover o lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme disposto no art. 2º da Decisão Normativa-TCU 126, de 10/4/2013. Assim, proponho ao MP/TCU que insira no ofício de encaminhamento da documentação à AGU o alerta quanto à necessidade de se fazer os registros cabíveis no Cadin.

SecexSaúde/SA, 23 de março de 2015

(Assinado eletronicamente)

**MARILDA DE FÁTIMA GONÇALVES**  
Chefe do Serviço de Administração Substituta